

O PAPEL DA LIBRAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ESTUDANTES SURDOS

Lidiane Sacramento Soares¹

Resumo: A presente pesquisa apresenta a Libras como língua que é utilizada pelas comunidades surdas do Brasil, segundo a legislação federal e discute a sua importância para a vida e desenvolvimento da pessoa surda. Com isso, buscamos problematizar o papel desse idioma no processo de alfabetização e letramento de estudantes surdos. Para o desenvolvimento desse estudo, a pesquisa está fundamentada em alguns teóricos que conceituam o ato de alfabetizar e letrar, são eles: Soares (1998), Kleiman (2005), Street (2010), Rojo, Moura (2012), dentre outros. Para refletir especificamente sobre o letramento de pessoas surdas, nos baseamos em Botelho (2005), Kelman (2011) e Oliveira, Silva (2011). A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho científico foi a qualitativa, de carácter exploratório e o procedimento utilizado foi a busca bibliográfica de livros e artigos em periódicos que abordassem sobre o tema de nosso interesse. Após a análise dos dados, foi possível compreender o significado e a importância das práticas de alfabetização e letramento no ambiente escolar, além disso, conseguimos concluir que a Libras exerce o papel de mediador no processo de alfabetização e letramento de estudantes surdos, visto que é através dessa língua que o surdo consegue se comunicar, se desenvolver em todos os seus aspectos e até mesmo aprender a Língua Portuguesa como sua segunda língua na modalidade escrita, logo, a escola tem o papel de utilizar e difundir a Libras para oferecer práticas pedagógicas que alfabetizem letrando os estudantes surdos, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-Chave: Libras. Alfabetização. Letramento. Estudantes surdos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Artigo apresentado ao final da Disciplina: Políticas do Letramento à Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: lideane1007@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A Libras é a sigla que significa Língua Brasileira de Sinais. Essa foi reconhecida como língua e definida por meio da Lei nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Podemos identificar a sua definição através do parágrafo único dessa lei, na qual afirma que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais (Libras) a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Neste sentido, fica assegurado ao surdo, o direito de se comunicar por meio da Libras, que é uma língua de modalidade visual-espacial, o que difere da língua Portuguesa que é de modalidade oral-auditiva. É importante salutar que para desenvolver a linguagem verbal, enquanto no Português utiliza-se as palavras, na Libras utiliza-se os sinais, ou seja, os surdos sinalizantes² se comunicam através das mãos.

No âmbito educacional, os estudantes surdos tem direito ao acesso a mesma programação educacional dos estudantes ouvintes, ou seja, aos conteúdos ministrados, no entanto, a forma de acesso a esses conteúdos é que deve ser diferenciado, conforme o conceito de equidade, afinal, os estudantes surdos tem a Libras como a sua primeira língua — L1, logo, esta deve ser a sua língua de instrução, conforme está previsto na Lei.

A lei da Libras foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, este prevê a oferta da Libras como L1 em todos os espaços, além disso, por meio do que está previsto na Lei

² Existem os surdos oralizados que são aqueles aos quais além de utilizar a Libras também conseguem fazer a leitura labial e falar de forma oral, ainda que com ruídos no som, já os surdos sinalizantes são aqueles que se comunicam somente através dos sinais feitos através das mãos.

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — LBI de nº 13.146/2015, podemos afirmar que as escolas de ensino regular inclusiva que atendem e respeitam a legislação federal, oferecem o serviço dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras, assim como também oferecem o Atendimento Educacional Especializado — AEE/Surdez nas Salas de Recursos Multifuncionais — SRMs, o qual o educando surdo tem direito de receber o ensino de três formas distintas, conforme afirma Damázio (2007) dizendo que deve existir o ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) em sua modalidade escrita.

“O AEE constitui hoje uma referência no atendimento às necessidades específicas dos alunos, além de se estabelecer dentro da escola como um marco de suporte e apoio ao aluno, ao professor e a sua família, de modo integrado aos demais sujeitos e espaços escolares” (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 21).

Para que o processo de inclusão verdadeiramente ocorra no espaço escolar, o AEE desempenha uma função crucial, pois através do professor da sala de recursos é possível “desenvolver estratégias de intervenção e de atuação pedagógica que permitam ao aluno o acesso ao currículo, bem como sua interação no grupo da escola e da sala de aula” (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 22).

Estudantes surdos possuem uma diferença linguística se comparada aos ouvintes (os não-surdos), no entanto, eles também necessitam ter acesso a um ensino de qualidade, precisam ser alfabetizados e letrados para o seu desenvolvimento cognitivo, comunicativo, social, linguístico e cultural. Neste aspecto, defendemos que a Libras apresenta o papel de mediador nesse processo de alfabetização e letramento de estudantes surdos, de modo que através da sua L1, o surdo aprende a L2 e interage com a comunidade ouvinte.

A partir da abordagem do bilinguismo (Libras/Língua Portuguesa), entendemos que o processo de alfabetização e

letramento do estudante surdo ocorrerá de forma mais efetiva, visto que este terá a Libras como língua de instrução e o Português como sua segunda língua em sua modalidade escrita, nesse sentido:

A língua escrita e a língua oral são ensinadas como línguas estrangeiras (L2).

no Bilinguismo, sendo dependentes da aquisição de línguas de sinais [...], tornar-se letrado numa abordagem bilíngue pressupõe a utilização de língua de sinais como primeira para o ensino de todas as disciplinas (BOTELHO, 2005, p. 112).

Para que ocorra esse processo de letramento numa abordagem bilíngue, em que a Libras ganhe destaque como primeira língua de uso, é necessário que a família e a escola construam, segundo Oliveira e Silva (2011, p. 76), momentos de estímulos e práticas significativas a partir das habilidades visuais, interativas e cognitivas que os sujeitos surdos já adquiriram por meio da sua língua materna, que é a Libras.

Freire (1991, p. 11) afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” e no caso da pessoa surda é realizada uma leitura visual do mundo que a cerca, ela aprende através de imagens, do contato com a natureza e por meio do contato com seus pares linguísticos, ou seja, pessoas que também sejam surdas ou ouvintes bilíngues que consigam interagir e se comunicar com ela por meio da língua de sinais.

Diante das estruturas gramaticais da Libras e da Língua Portuguesa serem diferentes, a pessoa surda acaba ficando limitada, não dominando completamente a escrita do português, por isso, é fundamental que o processo de aprendizagem da Libras pela pessoa surda ocorra o mais breve possível, que ela receba estímulos visuais desde o seu nascimento para que o seu desenvolvimento cognitivo ocorra de forma natural e precoce, pois a Libras “possibilita evitar atrasos na linguagem, comunicação e pensamento surdo” (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 74).

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS POR DIFERENTES OLHARES

Para compreender melhor a importância da Libras no processo de alfabetização e letramento do estudante surdo, apresentaremos alguns autores que definem esses dois conceitos. Segundo Oliveira e Silva (2011, p. 77):

Um sujeito alfabetizado não é necessariamente um sujeito letrado, já que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever (codificação de fonemas e decodificação de grafemas). Logo o letrado é aquele que pratica a leitura e a escrita e responde adequadamente as demandas sociais que as envolve.

No entanto, a autora Soares (1998, p. 47) defende que esses dois conceitos (alfabetização e letramento) são diferentes, porém devem ser trabalhados simultaneamente, sendo assim, ela afirma que: “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado”.

Para Matildes Marinho em uma entrevista ela afirma que:

“alfabetizar letrando” seria isso: possibilitar à criança, ao adulto, a quem não é alfabetizado, se apropriar do sistema de escrita ao mesmo tempo em que se envolve em práticas de letramento. E o letramento é, de fato, saber ler e escrever de acordo com o contexto em que essas ações são demandadas (JÚNIOR, 2011).

Nessa perspectiva, consideramos que o surdo letrado é aquele que vai além do ato de aprender a ler e escrever em português, é aquele que através da leitura visual de mundo e através da Libras consegue interpretar as práticas sociais as quais estar inserido e também é capaz de ser alfabetizado em língua portuguesa, através de estímulos visuais, como a utilização da linguagem verbal e não verbal apresentados numa perspectiva bilíngue para surdos.

Partindo da ideia de Soares (1998) de se alfabetizar letrando, no caso dos estudantes surdos, uma forma disso ocorrer é a partir de propostas metodológicas ou práticas pedagógicas pensadas pelos docentes numa perspectiva bilíngue em que possam fazer uso de vários gêneros textuais como possibilidade de apresentar os tipos de linguagem verbal e não verbal, contribuindo para o processo de alfabetização e letramentos dos educandos surdos.

Um exemplo de gênero textual que o educador pode utilizar nesse processo é o relato pessoal ou biografia, partindo de suas experiências pessoais, fazendo relação entre imagens e palavras que relacionem com a sua vida, deste modo, este aprenderá a escrever seu nome, nome de seus familiares e de tudo que lhe for apresentado de uma forma visual, sempre associando palavra-imagem. Essa é uma estratégia da abordagem educacional bilíngue. No exemplo supracitado, apresento um gênero textual que a partir das práticas sociais, a pessoa surda pode aprender a ler, escrever e interpretar os dados, se identificar dentro do processo, visto que parte de sua realidade vivida, logo, nesse sentido, o seu processo de aprendizagem torna-se significativo, pois através da Libras e de imagens, o surdo consegue aprender melhor aquilo que lhe é ensinado.

O gênero literário está presente nas escolas, porém, apesar de ser papel da educação incentivar a prática de leitura pelos estudantes, ao tratar de literatura surda, podemos perceber que esta ainda é pouco indicada nas instituições educacionais, causando assim, prejuízos aos estudantes surdos, visto que aprender por meio da literatura surda, poderia contribuir para o seu processo de alfabetização e letramento, pois seria possível conhecer e garantir a manifestação da cultura surda, que segundo Strobel (2008), é o jeito de o surdo entender o mundo e modificá-lo, com o objetivo de torná-lo habitável e acessível. Quadros (2002, p. 10) define a cultura surda:

como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

Por meio da literatura surda é possível evidenciar as histórias de lutas, militâncias e conquistas alcançadas pela comunidade surda, além de afirmar suas tradições culturais e de constituir a identidade surda a partir do contato com seus pares linguísticos. A literatura surda é apresentada através de diversos gêneros, a exemplo: contação de histórias, piadas, poemas, receitas culinárias, jornalismo, todos esses gêneros sendo apresentados por meio da língua de sinais e associados com as histórias próprias da sua cultura. Nesse sentido, entendemos que é possível alfabetizar letrando o surdo através desses gêneros textuais em Libras.

Atividades específicas de leitura devem ser desenvolvidas diariamente e utilizando-se diferentes materiais: jornais, livros, histórias em quadrinhos e filmes compõe um acervo importante de leitura de materiais escritos ou visuais. Enfatizamos, entretanto, que desenvolvimento da fala não é pré-requisito para aprendizagem e construção da escrita pela criança surda. Ela não precisa falar para escrever bem em português. Precisa, sim, ler muito. [...] A narração de estórias em língua de sinais é uma importantíssima estratégia para o letramento da criança surda que está incluída em classe comum. Leituras e escritas coletivas também (KELMAN, 2011, p. 6).

Nesse viés defendemos propostas de educadores que buscam desenvolver práticas pedagógicas utilizando os diversos gêneros textuais em Libras com o objetivo de contribuir no processo de alfabetização e letramento de estudantes surdos. Além de ter como base de teoria da aprendizagem, o construtivismo de Jean Piaget e o sociocultural ou interacionismo de Vygotsky no qual defendem que é por meio da interação com o

meio e com o outro que a comunicação e conseqüentemente a aprendizagem acontece.

Além desses dois teóricos tão importantes para discutir as teorias da aprendizagem, vale citar também um teórico educador brasileiro que defende essa mesma ideia, o nosso querido Paulo Freire que diz: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p. 79). Com isso, entendemos que assim também são os surdos que através da interação com os seus pares linguísticos aprenderão a Libras como sua primeira língua e no contato e socialização com a comunidade ouvinte, aprenderão o Português como sua segunda língua em sua modalidade escrita, tornando assim uma troca de aprendizados entre surdos e ouvintes.

Essa troca de aprendizagens, tendo o respeito e a empatia como base das relações humanas, enriquece o nosso país que é tão diverso, cheio de culturas multifacetadas, com diversos povos, de diferentes línguas, cores, religiões, entre outros, fortalecendo assim a capacidade de cada sujeito aprender um com o outro e tornar-se cidadãos autônomos, críticos e participativos na sociedade.

Street (2010) afirma que existe uma diversidade de letramentos, ele descreve três diferentes tipos de letramento: “o comercial, o do Alcorão (o uso da religião na escola) e o letramento escolar. Tinha uma escola nova, mas ela estava muito distante dos outros tipos de letramento: a escola está distante dos letramentos cotidianos com os quais as pessoas se engajam”. Nesse sentido, concordamos com o autor supracitado, pois os letramentos do dia a dia, vivenciado pelas pessoas em suas práticas sociais ainda tem sofrido resistência para adentrar nos espaços escolares.

A diversidade de letramentos que existem é como entendemos o conceito de multiletramentos, no qual trazemos aqui que:

o conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente as urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituições dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO; MOURA, 2012, p. 13).

Concordando com os autores supracitados, existe a diversidade cultural por causa dos vários povos, assim como há também diversos gêneros textuais que informam algo e permitem estabelecer uma comunicação com as pessoas, sujeitos letrados.

A autora Marildes Marinho em uma entrevista fala sobre um conceito ou corrente teórica chamada “novos estudos de letramento”, este surgiu na década de 80 e traz contribuições acerca das práticas escolares e do que se entende por cultura escrita. “Nesta entrevista, ela fala que o conceito de *letramento* — que surgiu da necessidade de diferenciar os usos sociais da escrita da *alfabetização*, apropriação do código linguístico” (JÚNIOR, 2011).

Na entrevista supracitada, Marinho fala sobre a importância de considerar as particularidades dos sujeitos ao tratar da cultura escrita, pois segundo ela, as relações que cada pessoa estabelece com a leitura e a escrita depende de sua cultura, sociedade vivida e com cada contexto. Além disso, ela afirma que as políticas de ensino e a produção de materiais no âmbito educacional têm sido construídas a partir de uma “perspectiva universalizante, homogeneizadora” (JÚNIOR, 2011).

Nesse sentido, a cultura escrita pelos estudantes surdos não é considerada nesses espaços que predomina a escrita da língua portuguesa culta, o seu modo de escrever diferenciado dos ouvintes, é quase sempre dito como errôneo, sem considerar que eles escrevem em sua maioria, na estrutura gramatical da Libras

que é a sua língua natural e materna, aprendida e utilizada nas comunidades surdas do Brasil.

Vale salientar que existem vários tipos de surdos, como exemplo, existem aqueles que sabem escrever bem o português e tem aqueles com grandes dificuldades, tudo depende do contexto em que cada um estar inserido, dos estímulos linguísticos que eles têm recebido. Mas vale lembrar que defendemos aqui a importância de utilizar a Libras, que é a língua de conhecimento prévio do surdo, para ensiná-lo a língua portuguesa escrita e que uma boa estratégia é trabalhar com frases comparativas, observando as diferenças das estruturas gramaticais da Libras e do Português, contribuindo assim, para o seu processo de alfabetização e letramento.

A confusão entre os conceitos de “letramento” e “alfabetização” visuais pode, assim, causar danos à aprendizagem dos estudantes, desenvolvendo neles, dependendo do entendimento de alfabetização e letramento que é atribuído pelo docente, um olhar mais técnico, limitado de mundo (alfabetização) ou a análise crítica e social das imagens que lhes são apresentadas (letramento). Acreditamos que os dois processos são essenciais para a educação visual significativa, um não desvaloriza o outro, ambos se complementam (KOBOLT, BONIFÁCIO, 2021, p. 951).

O significado para o conceito de Letramento dado por Kleiman (2005, p. 5) é “um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Porque a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana”. Sendo assim, surdos e ouvintes podem constituir-se como sujeitos letrados dentro e fora dos espaços escolares.

Para Kleiman (2005), o letramento nos permite aprender a realizar ações, apenas olhando os demais fazerem, ou seja, ela pode ser antecedente ao processo de alfabetização que segundo ela, é o “domínio do sistema alfabético e ortográfico”. Logo, de forma geral, o letramento pode ser considerado:

complexo, envolvendo muito mais do que uma habilidade (ou conjunto de habilidades) ou uma competência do sujeito que lê. Envolve múltiplas capacidades e conhecimentos para mobilizar essas capacidades, muitos dos quais não têm necessariamente relação com a leitura (KLEIMAN, 2005, p. 18).

Nesse aspecto, podemos considerar que o sujeito surdo, ainda que não seja alfabetizado, ou seja, que não saiba codificar e decodificar as letras e palavras da escrita do português, ainda assim, ele pode ser um cidadão letrado, pois ele possui conhecimentos de mundo que independe da prática textual escrita. Com isso, não queremos dizer que basta o surdo ser letrado e não precisa ser alfabetizado.

Na verdade, defendemos e tomamos como base o que diz alguns autores teóricos como Soares (1998), Kleiman (2005), Street (2010), dentre outros, para dizer que o surdo precisa participar do processo de alfabetizar letrando, aprendendo a partir da sua cultura, das suas vivências, suas práticas sociais, para isso, é preciso iniciar o quanto antes estímulos visuais e de contato com a comunidade surda, de modo que este desenvolva a aquisição da Libras para o seu efetivo desenvolvimento linguístico, cognitivo, comunicacional, cultural, social, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador ao propor metodologias, práticas pedagógicas e recursos multimodais que faça uso da Libras e do Português, utilizando-se de imagens associadas as palavras correspondentes, despertando para a linguagem verbal e não verbal, por meio de vários gêneros textuais, torna-se possível contribuir no processo de alfabetização e letramento dos estudantes surdos.

Para os docentes desenvolverem práticas letradas de Libras em suas salas de aula, os mesmos precisam ser bilíngues, sendo assim, é preciso repensar a formação de professores, refletir sobre suas próprias práticas e materiais utilizados para atender

aos seus estudantes surdos, de modo a ser um mediador do conhecimento no processo de ensino aprendizagem do educando surdo.

Nesse processo, concluímos que os surdos não são alfabetizados da mesma forma que os ouvintes, tendo em vista que para o surdo ser alfabetizado em Português, ele precisa antes ter aprendido a Libras para a partir dela, conseguir avançar no aprendizado de uma outra língua. Assim, enfatizamos que a Libras é fundamental também no processo de letramento, pois mesmo que o surdo não saiba ler e escrever (codificar e decodificar as letras), ele é capaz de ler o mundo a sua volta e aprender muito através das suas práticas sociais por meio da Libras que é a sua língua materna.

Esta pesquisa buscou refletir sobre os conceitos de alfabetização e letramento a partir de alguns autores teóricos, fazendo relação com os estudantes surdos, de modo que foi possível perceber que o surdo pode ser alfabetizado e letrado através da Libras e que não existe só um tipo de letramento, existem vários e o que destacamos neste trabalho foi o visual, pois é uma modalidade do letrar que contribui muito para o aprendizado das pessoas com surdez, visto que a sua língua materna é de modalidade visual-espacial.

Consideramos que a Literatura surda é uma estratégia relevante que por meio do letramento visual é possível que o sujeito surdo se desenvolva e constitua a sua identidade. Não pretendemos encerrar essa discussão, pelo contrário, buscamos incentivar para que outras pesquisas possam ser realizadas a fim de compreender outros modos de letramento da pessoa surda e de como a escola tem trabalhado com esse conceito junto aos estudantes surdos. Constatamos que o letramento em Libras como L1 para surdos e como L2 para ouvintes, contribui para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a língua de Sinais e outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 6 jun. 2021
- BRASIL. *Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- CAMARGO, A. M. F.; GOMES, R.V.B; SILVEIRA, S.M. Dialogando sobre a política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. In: GOMES, R.V.B; SILVEIRA, S. M.; FIGUEIREDO, M. R. V. (Org.). *Políticas de inclusão e estratégias pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado*. Fortaleza: UFCE, Brasília: M&C, 2016.
- DAMÁZIO, M F. M. *Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez*. Brasília: MEC, 2007.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 9. ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.
- JÚNIOR, V. C. Entrevista: Marildes Marinho. Reflexões de pesquisa e práticas do letramento. In: *Letra o jornal do alfabetizador*. Belo Horizonte, maio/junho de 2008 – Ano 4, nº 14. Págs. 12-14. Disponível em: https://ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/JLA/2008_JLA14.pdf
- KELMAN, C. A. *Letramento do aluno surdo: considerações sobre compreensão e escrita em L2*. 2011.
- KLEIMAN, A B. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: Cefiel-Unicamp; MEC, 2005.
- KOBOLT, M E & BONIFÁCIO, M. I. G. C. *Pensar a imagem na escola: reflexões acerca da relação ensino-imagem- aprendizagem*. South American Journal of Basic Education, Technical and Technological, 8(1), 941-955, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/4416>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- QUADROS, R M. *O tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP. 2002.
- ROJO, R. (Org.), MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, B. *Buscamos um letramento baseado noque as pessoas realmente fazem*. UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei. 13 set. 2010. Disponível em: ASCOM https://ufsj.edu.br/noticias_ler.php?. Acesso em: 17 jul. 2021.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis, Editora UFSC: 2008.